



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

A questão agrária no campo das disputas societárias: a agroecologia em debate no Serviço Social?

Aline Ogliari¹
Mailiz Garibotti Lusa²

Resumo: Este trabalho trata sobre a questão agrária brasileira e a agroecologia. O debate da questão agrária encontra pouco eco no Serviço Social e a discussão da agroecologia é ainda mais insipiente. Configura-se como um ensaio teórico de caráter exploratório, fundamentada no método crítico dialético. Se estrutura em três itens: a constituição da questão agrária no Brasil e seus rebatimentos; uma reflexão sobre o colonialismo químico; e a discussão crítica que emerge agroecologia em relação, principalmente, ao à agricultura industrial representada pelo agronegócio. São sinalizados elementos de confluência ao Serviço Social e como essa profissão pode contribuir com o debate posto.

Palavras-chave: questão agrária; capitalismo; agroecologia; Serviço Social.

Abstract: This work deals with the Brazilian agrarian issue and agroecology. The debate on the agrarian issue finds little echo in Social Services and the discussion on agroecology is even more incipient. It is configured as a theoretical essay of an exploratory nature, based on the critical dialectical method. It is structured into three items: the constitution of the agrarian question in Brazil and its consequences; a reflection on chemical colonialism; and the critical discussion that emerges from agroecology in relation, mainly, to industrial agriculture represented by agribusiness. Elements of confluence with Social Work and how this profession can contribute to the debate are highlighted.

Keywords: agrarian question; capitalism; agroecology; social service.

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE UM CENÁRIO EM DISPUTA

Olhar para a realidade tem sido uma das tarefas mais árduas do cotidiano e não é porque faltem informações, uma vez que elas chegam quase em excesso. A tarefa é árdua porque há na vida de muitas pessoas uma confluência entre exploração, violências, violações, invisibilidade enquanto sujeitos de direitos, entre outros. É certo que, para outros, a vida é

¹ Assistente social, assessora para as áreas de atuação de Segurança Alimentar e Nutricional e de Migração, Refúgio e Apátridas na Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina. Compõe o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Terra, Trabalho e Resistência. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). alineogliari@ufsc.br

² Assistente social, docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordena o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Terra, Trabalho e Resistência. Pós-doutora em Serviço Social. mailiz.lusa@ufsc.br.



um (quase) deleite: as tecnologias só ampliaram as comodidades, a segurança, os acessos a bens e consumo.

Assim, é tarefa desafiadora e árdua, mas é tarefa possível de se olhar para esta realidade contraditória. Ela exige uma perspectiva crítica, atenta e de aprofundamento para o processo dialético de mescla entre os avanços tecnológicos e científicos e os retrocessos humanitários. Cumprir, ou pelo menos chegar perto deste propósito exige retirar os véus que escondem o fosso das desigualdades, cada vez mais profundo. Trata-se de uma realidade cujos contornos são dados pelos conflitos e violências, pelo extermínio de povos, pelo aniquilamento de modos de vida e de produção que ainda resistem à incorporação total da visão capitalista sobre a produção e o consumo.

E como olhar para os diversos aspectos que conformam a realidade é tarefa bastante ampla, para fins deste trabalho o foco das lentes será ajustado para a realidade agrária enquanto campo de permanentes disputas econômicas, políticas, sociais e culturais.

Para sinalizar preliminarmente de qual cenário agrário de disputas se tratará, apresentam-se dados dos conflitos, segundo levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para 2023.

Ao todo, foram notificados 973 conflitos no campo em 2023, representando aumento de 8% em relação ao mesmo período de 2022, quando ocorreram 900 conflitos. Em 2020, ocorreram 1.007 conflitos. Nos últimos dez anos, 2015 teve o primeiro semestre com o menor número de conflitos: 551. De acordo com o relatório da CPT, a maioria dos conflitos em 2023 foi pela terra (791), seguida pelo trabalho escravo rural (102) e conflitos pela água (80). Aproximadamente 527 mil pessoas estiveram envolvidas em conflitos nos primeiros seis meses do ano, com queda de 2% em relação a 2022. Em relação à categoria que sofre a violência por terra, os povos indígenas e suas comunidades são as mais atingidas com 38,2% dos casos, seguida dos trabalhadores rurais sem terra (19,2%), posseiros (14,1%) e quilombolas (12,2%) (Agência Brasil, 2023, s.p.).

Esta realidade de disputas atinge a vida de inúmeros sujeitos da classe trabalhadora do campo. Para eles, viver é literalmente um desafio a cada dia. Faltam-lhes as condições objetivas de trabalho, alimentação, água, moradia, saúde, educação, entre outros. Estes sujeitos têm raça, etnia, gênero, sexualidade e, principalmente, classe social. Eles vivem em territórios marcados pelo interesse do capital e seus corpos são alvo constante de violência, pois expressam resistência a partir de suas lutas – organizadas coletivamente ou não – para continuar existindo na sociabilidade mundializada e sob o comando do capital financeiro.

Neste quadro da sociabilidade capitalista brasileira de formação dependente, a disputa de modelos produtivos está no centro. No Brasil, historicamente predominou o modelo de exploração baseado em grandes extensões de terra, no monocultivo, na exploração da força de trabalho e no esgotamento da terra e de outras reservas naturais. Com feições distintas em cada período histórico, estes traços sempre conformaram o modelo de exploração agrário-exportadora, que só logrou êxito pelo fato de a elite econômica que o liderava era e



continua sendo a mesma elite política que comanda o Estado brasileiro. Do escravismo colonial à exploração de trabalhadoras e trabalhadores no sistema de integração das agroindústrias brasileiras, a produção alienada e as riquezas produzidas acumulam-se do outro lado da cerca e da porteira.

As estratégias produtivas e de reprodução cultural e comunitária do que, para fins deste trabalho, se denominará de campesinato, estiveram presentes marcando todo processo histórico de formação do Brasil. São exemplos os quilombos, os faxinais, os povos indígenas, os assentamentos de reforma agrária e a agroecologia.

A partir deste cenário, elegeu-se a agroecologia como problema a ser estudado neste artigo, onde ela é tratada como uma estratégia que tensiona o modelo de produção agrária, e como um elemento importante no plano das disputas societárias. A relevância desta discussão na área do Serviço Social deve-se ao fato que a questão agrária ainda não encontra eco no conjunto dos debates sobre a realidade brasileira, o que fragiliza e compromete a perspectiva de totalidade adotada pela profissão, pois compreende-se que existência histórica da questão agrária também é um aspecto determinante na conformação de expressões da questão social peculiares em um país de capitalismo dependente. De forma ainda mais insipiente, encontra-se o debate e os estudos sobre a agroecologia enquanto estratégia de enfrentamento do modelo produtivo hegemônico.

Neste sentido, tomou-se como objetivo **fazer uma provocação sobre a proximidade existente entre questão agrária, seus rebatimentos históricos e a agroecologia em relação ao Serviço Social, a fim de apresentar elementos sobre a importância da contribuição teórica e política que essa profissão pode oferecer nesse debate.** A investigação que confere os dados para este ensaio teórico teve caráter exploratório e, neste momento, foi de tipo bibliográfica, fundamentada no método crítico dialético, fazendo um percurso em autores que trataram sobre a formação sócio-histórica brasileira e latino-americana, bem como na literatura nacional e internacional que tem tratado sobre a agroecologia.

O artigo está organizado em três sessões, além deste item introdutório e das considerações finais. Primeiramente, discute-se sobre a questão agrária no Brasil, problematizando dados que expressam a disputa política e econômica na atualidade. Na segunda sessão, é apresentada uma discussão que atualiza uma dimensão da questão agrária a partir do colonialismo químico e o lugar dos países periféricos na divisão internacional do trabalho. Na sequência e por último, trata-se sobre a agroecologia enquanto ciência, movimento social, *práxis* e proposta política que, em sua processualidade histórica, traz elementos contestatórios à agricultura industrial que reveste o modelo agrário hegemônico chamado de agronegócio. A urgência deste debate no Serviço Social é sinalizada ao final do trabalho.



2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: DOS LEGADOS À ATUALIDADE

Negros da terra. Essa foi uma das primeiras expressões que os colonos portugueses utilizaram para se referir aos indígenas que viviam no território que eles julgavam ter descoberto. E, não, não havia confusões entre a tez mais escura dos negros da guiné (os africanos) e a dos indígenas [...].

(Santos, 2022, p. 39)

Neste item do estudo apresenta-se alguns elementos para a reflexão sobre a questão agrária. A intenção é discutir os pontos de confluência histórica, a fim de identificar as raízes que conformam a questão agrária no Brasil, em sua feição contemporânea, perpassando a estrutura econômica, mas também os sujeitos que produzem as riquezas da e na terra.

A invasão europeia no território brasileiro, como é notório, foi marcada pela dominação exercida à ferro e fogo, que sobrepujou de forma cruel e violenta aqueles que viviam do próprio trabalho e sem liberdade, invisibilizando-os na própria história. A dominação ancorou em bases significativamente sólidas a estrutura fundiária. Mais que tudo, era preciso ter prestígio político e social para que a exploração econômica fosse viável. Durante os primeiros três séculos e meio era necessário ser amigo da Coroa para que se viabilizasse o acesso por concessões – das capitanias hereditárias às sesmarias – às grandes extensões de terra. Só a partir de 1850, com a Lei de Terras, as concessões e as grandes ocupações se tornam propriedade fundiária.

Antagonicamente, inúmeras lutas sociais impunham questionamentos ao modelo do escravismo colonial violento, exploratório e agroexportador. São exemplos os aquilombamentos, e dentre estes, o mais conhecido é o de Palmares.

A República dos Palmares, com sua enorme população relativamente à época, dominou uma área territorial de mais ou menos um terço do tamanho de Portugal. Essa terra pertencia a todos os palmarinos, e o resultado do trabalho coletivo também era propriedade comum. Os autolibertos africanos plantavam e colhiam uma produção agrícola diversificada, diferente da monocultura vigente na colônia; permutavam os frutos agrícolas com seus vizinhos brancos e indígenas. Eficientemente organizados, tanto social quanto politicamente, em sua maneira africana tradicional, foram também altamente qualificados na arte da guerra (Nascimento, 2019, p. 69).

Aqui restam identificados três elementos: os sujeitos produtores das riquezas acumuladas – ainda como capital primitivo –; suas lutas e resistências; bem como a existência, em terras brasileiras, de outras sociabilidades aportadas em relações sociais de produção distintas daquela que se tornou hegemônica. Neste sentido, torna-se evidente que estas experiências tinham que ser extirpadas, junto que os diferentes povos que as protagonizaram. A marca do escravismo colonial imprimiu a particularidade da exploração econômica empreendida.

A escravidão foi uma instituição que organizou a colonização portuguesa nas Américas ao longo dos seus mais de trezentos anos de existência. Isso não significa que ela tenha sido sempre a mesma, muito menos que tenha sido a única forma de



exploração do trabalho. Mas, sem ela, a colonização não teria se efetivado. E ainda que a escravidão tenha tido uma história complexa e dinâmica, abarcando de formas distintas diferentes grupos humanos, a expressão utilizada pelos portugueses para se referir aos indígenas não deixa dúvidas: os escravizados eram sempre os não brancos, não importando muito, num primeiro momento, se eram os negros da terra ou os da África (Santos, 2022, p. 40).

O modelo de dominação e exploração econômica dos não brancos foi a base para todos os ciclos econômicos do Brasil Colônia (escravismo pleno) ao Império (escravismo tardio), sofrendo uma mudança apenas político-legal a partir do Brasil República, sem que tivesse se operado a lógica da exploração e de quem são os sujeitos explorados. “As leis econômicas que funcionavam no interior dessa economia, especialmente a extração de todo sobretrabalho, através da coerção econômica e extraeconômica do trabalhador, eram leis do modo de produção escravista, e não de qualquer outro”. Para toda sorte de exploração, havia um tipo de escravizado: aqueles de oito (atividades extrativas), na mineração, ourives, ferreiros, pedreiros, parteiras, as/os escravizadas/os domésticas/os; barbeiros, etc (Moura, 2020, p. 65).

O que havia na relação entre a colônia e a metrópole era um “nível de subordinação da economia brasileira ao centro explorador-comprador. Era uma economia que não permitia a acumulação de excedentes e de capitais internos em proporções suficientes à abertura de uma via independente do desenvolvimento”. Eis, portanto, as raízes do capitalismo dependente brasileiro. “O escravismo satisfazia econômica e socialmente e ninguém pensava ou articulava um movimento que objetivasse substituí-lo por outro regime de trabalho” (Moura, 2020, p. 70; 73), até que os países imperialistas impusessem às elites brasileiras, no apagar das luzes do século XIX, a extinção legal do escravismo e sua substituição pela exploração da força de trabalho livre, o que factualmente não irá ocorrer naquele período.

Ainda há de se considerar a relação entre terra e trabalho, a riqueza produzida e apropriada e os sujeitos que a produzem, através da própria atividade humana. Ora, “a terra, para se constituir em efetivo meio de produção de riquezas, necessita do trabalho”, isso por quê, para os interesses das elites – do passado e atuais, que são as mesmas, em verdade – de nada adianta a terra sem os trabalhadores e as formas de organização do trabalho que se erigem sobre ela. Destarte, “a estrutura fundiária de um país espelha claramente a estrutura social deste país; a divisão da terra é a expressão física das divisões sociais existentes numa sociedade”. Neste sentido, “se a riqueza é concentrada e as diferenças sociais são abismais, a estrutura fundiária será necessariamente concentrada, refletindo a exclusão da maioria do usufruto das riquezas produzidas” (Linhares; Silva, 2021, p. 88).

A monopolização da terra, marca implantada desde a invasão europeia, torna-se instrumento fundamental para aportar o poder econômico, mas também cultural, social e,



especialmente, político das elites agrárias, em combinação ou confluência com as elites urbano-industriais. Logo, o monopólio da terra é outro traço determinante da questão agrária. É a partir deste monopólio que se eliminam as possíveis concorrências de poder, prestígio e de produção com outros territórios. A eliminação operada pela monopolização da terra é também a eliminação de qualquer outra forma de produção agrária que pudesse se balizar noutra forma de sociabilidade e de relação com a terra. Neste sentido, é bastante atual a disputa de terras como forma de eliminar outras propostas de produção. São exemplos: a criminalização da luta e dos assentamentos de reforma agrária; a criminalização de povos tradicionais, como as comunidades quilombolas; bem como a eliminação de povos indígenas pela destituição dos seus territórios, tal como tem sido a proposta de instituir um marco temporal no reconhecimento do direito de uso e permanência das populações indígenas em seus territórios.

Por último, é importante trazer à baila a discussão do tipo de economia que durante todos estes séculos vai se instituir no Brasil, e que guarda relação de indissociabilidade com a produção agrária. Desde o Brasil colônia a produção agrária que predominou nos principais ciclos econômicos foi de bens primários. Ainda que este tipo de produção nunca tenha deixado o cenário econômico brasileiro, estudiosos identificam que hoje haveria uma reprimarização capitaneada pelo agronegócio produtor de *commodities*.

Nas últimas duas décadas temos acompanhado o processo de reprimarização das economias latino-americanas, intensificado pelo retorno de governos conservadores que potencializaram as premissas neoliberais do sistema do capital, colaborando com a intensificação da inserção da Classe Capitalista Transnacionais (CCT), fração hegemônica do capital, sobre os territórios da região, aprofundando a tendência de concentrações de terra, acentuando conflitos socioterritoriais por onde quer que se configure seu modo de produção e com predomínio nos vários elos que compõem a cadeia de valor do agronegócio (Scoleso, 2023, p. 129).

Esta reprimarização tem vindo acompanhada de renovadas formas de exploração do trabalho na agricultura, agora bem mais tecnológicas, identificadas como 'agricultura 4.0'. Notem que os sujeitos – da classe trabalhadora explorada em sua força de trabalho – permanecem presentes neste cenário produtivo, enquanto as experiências de outras formas de produção e sociabilidade – como a agroecológica – são apagadas. Na próxima sessão adentra-se um pouco mais na discussão da feição moderna do modelo agrário explorador, através da discussão do colonialismo químico. A partir desta discussão será articulada a reflexão sobre as bases agroecológicas enquanto processo, movimento e sociabilidade.

3 A QUESTÃO AGRÁRIA SOB ÓTICA DO COLONIALISMO QUÍMICO: A CRÍTICA DE LARISSA BOMBARDI



Nesta sessão do trabalho será colocada em evidência a questão agrária brasileira a partir de reflexões sobre os determinantes causais e as consequências do uso de agrotóxicos no Brasil. Trata-se de uma sessão aportada na recente discussão da pesquisadora Larissa Bombardi (2023), que defende a tese de que o país vive um colonialismo químico. Certamente o modelo econômico de dependência do Brasil, a ocupação de um lugar periférico em relação ao imperialismo (Valencia, 2019), cujo desenvolvimento deu-se ao longo da formação social de forma desigual e combinada (Fernandes, 2005) estão dentre os principais determinantes deste colonialismo químico.

O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de *commodities* do mundo, e um dos maiores importadores e consumidores de agrotóxicos. Em suas bases de estruturação e reprodução, há uma relação direta entre esses postos: o modelo agrário latifundiário, monocultor e agroexportador, de um país da periferia global. Segundo Bombardi (2023), a questão agrária é o pano de fundo para se compreender essa dinâmica, sendo a propriedade privada da terra e a sua concentração a grande chaga da formação social e territorial do país, conforme já apontado na sessão anterior.

A autora reúne dados que apontam que 90% dos agrotóxicos em circulação no Brasil são aplicados em lavouras de soja, milho, algodão, pasto (para a pecuária) e cana-de-açúcar, principais *commodities* produzidas e, em sua grande maioria, de cultivos transgênicos – só para os cultivos de soja, foram destinados 57% dos agrotóxicos vendidos em 2021. Proporcionalmente, entre consumo e área destinada, o Centro-Oeste é a região que mais consumiu agrotóxicos em 2019, com 209 mil toneladas, seguida da região Sul, com 150 mil toneladas. São índices alarmantes, e se agravam ainda mais quando colocados em perspectiva ao se considerar que a área destinada para esses cultivares segue em expansão (substituindo áreas cultivadas por outros produtos tidos com menor valor comercial, e na ampliação da fronteira agrícola para áreas florestais e de territórios tradicionais), enquanto as áreas utilizadas para a produção de culturas alimentícias estão em retração.

Nas últimas três décadas, a área cultivada com mandioca diminuiu 38%, a do feijão, 47%, e a de arroz, 58%. Bombardi (2023) chama a atenção para o fato de que essas são três variedades alimentícias pilares da cultura alimentar brasileira e estão perdendo espaço territorial da área agricultável para o mercado de *commodities* e agroenergia. Nesse mesmo período, a área destinada para o plantio de eucalipto aumentou 99,6%; para a de cana-de-açúcar, 153%; e a de soja, 210%. É um nítido exemplo de como a agricultura capitalista não responde às necessidades da alimentação humana. A chamada agricultura 4.0 (Scoleso, 2023), ou de precisão, fala muito mais sobre a economia e o mercado internacional, do que sobre a produção de alimentos.



As consequências nocivas que decorrem dessa relação aparentemente específica, mas que por trás detém uma trama altamente complexa, podem ser facilmente sinalizadas, e são de ordem socioambiental, sanitária, cultural, política e mesmo econômica. A expansão da soja e do gado crescem principalmente em direção à Amazônia, deixando um rastro de destruição pelo Cerrado e outras regiões. Geralmente, o pasto para a pecuária abre caminho por meio do desmatamento e, na sequência, é substituído pela soja. Em pouco tempo, a terra concentrada seguirá sendo propriedade privada, mas estará improdutivo, contaminada, arrasada e abandonada. Junto do desmatamento, da pecuária intensiva e da terra arrasada, o ar e a água também ficam altamente contaminados pelos resíduos de agrotóxicos, e esses efeitos são centrais no agravamento do aquecimento global.

A água consumida e a comida que chega na mesa da população brasileira possuem resíduos de agrotóxicos muito mais acima do que o tolerável (como se fosse possível aceitar a ingestão de uma média por dia, existe uma métrica chamada 'dose' ou 'ingestão diária aceitável' de agrotóxicos, expressa na relação mg/kg, que varia por agrotóxico e massa corporal de cada pessoa), e muito mais acima do que é permitido na Europa, onde a legislação é extremamente mais restritiva. Bombardi (2023) cita o exemplo do glifosato, o herbicida mais consumido no Brasil e onde sua concentração na água é 5 mil vezes maior do que na Europa. Em relação aos impactos na saúde pública, o glifosato está associado, entre outros, a diversos tipos de câncer, infertilidade, autismo, problemas renais, a diversos problemas de gestação, incluindo má formação e morte fetal. Outros tipos de agrotóxicos e seus princípios ativos seguem na mesma linha de intensidade de uso, concentração na água e em alimentos com índices muito acima do permitido.

Uma situação preocupante e que não colabora com um debate público amplo e realmente sério em torno do uso de agrotóxicos, está na dificuldade de comprovação de seus impactos na saúde da população, seja pela subnotificação, seja pelas barreiras legais, midiáticas e econômicas que relativizam a comprovação das intoxicações crônicas geradas pela exposição ao uso e consumo de agrotóxicos. Os números de subnotificação apresentados por Bombardi (2023) sinalizam a ordem de 1 caso registrado para 50 ocultos: oficialmente, o Ministério da Saúde tem o registro de 58.870 pessoas intoxicadas por agrotóxicos entre 2010 e 2019, mas a estimativa é que mais de 2,834 milhões de pessoas possam ter tido alguma intoxicação aguda após a exposição direta a algum agrotóxico.

Diante dessa questão, do seu significado mais amplo e problematizando ao comparar com a forma como os agrotóxicos são tratados pela União Europeia, a autora elabora o que chama de colonialismo químico. Para ela, essa expressão

[...] ajuda a desnudar "o que" e "em que" tem se desdobrado esse movimento do capital, quando as indústrias sediadas em países centrais do sistema econômico internacional vendem agrotóxicos proibidos em seus próprios territórios para os



países do Sul global, particularmente da América Latina. Além de ocasionar os já mencionados problemas socioambientais, essas substâncias têm sido usadas como “armas” em conflitos fundiários (Bombardi, 2023, p. 65).

Ou seja, o termo ainda revela uma dimensão muito mais estrutural, e confirma a reprodução dos seus traços mais característicos ao longo da história. Para a autora, a histórica violência no campo assume mais uma feição, a química, e se soma às já conhecidas violências social e ambiental, que ocorrem de forma física e biológica. Colonialismo químico e colonialismo molecular são expressões da mesma família, e descrevem o abismo que existe entre o Norte e o Sul globais, revelado nas assimetrias existentes entre o que é proibido e protegido lá, e o que é permitido e exposto aqui. A pulverização aérea é mais um exemplo do que é proibido na União Europeia e permitido no Brasil, sendo utilizada como técnica na aplicação de substâncias químicas nas grandes lavouras, mas também como forma de ataque às comunidades circunvizinhas e que resistem ao avanço do latifúndio. Os conflitos legados do passado se fazem os mesmos e sempre atuais, renovando a feição da questão agrária no Brasil a partir de novas roupagens.

4 A AGROECOLOGIA EM MOVIMENTO: UMA CONFLUÊNCIA COM O SERVIÇO SOCIAL?

Desde a invasão colonial e durante todo o processo histórico da formação agrária brasileira, todas e quaisquer cosmovisões de mundo, de modos de viver e formas de autodeterminação de povos e comunidades, e que viessem a representar alguma dissonância (e ameaça) aos padrões produtivistas agroexportadores da economia colonial capitalista, foram repelidas e atacadas de forma constante, sistemática e multifacetada nas suas dimensões culturais, simbólicas e materiais. Na correlação de forças, ainda que desproporcionais, esses povos e comunidades jamais aceitaram seu próprio extermínio de forma passiva e pacífica, sem resistência e uso da força, quando necessário, para se defender. O mesmo vale para o avanço do latifúndio monocultor e agroexportador, e de seus aparelhos estruturais e ideológicos que se impunham para a agricultura familiar e camponesa como condição e única forma para as suas existências. Os espoliados e espoliadas do campo, das florestas e das águas criaram estratégias de contraofensiva na defesa de seus territórios, comunidades e culturas, e no resguardo de suas riquíssimas e milenares práticas e saberes tradicionais.

Muitos elementos dessas estratégias aparecem, atualizadas com as condições objetivas de cada tempo histórico, no que foi se constituindo a agroecologia, seja como ciência, movimento social, modo de vida ou práxis cotidiana. A agroecologia pode ser lida, portanto,



como um resultado do tensionamento posto pelas contradições do próprio capitalismo e o desenvolvimento histórico das lutas camponesas e dos povos tradicionais. Em uma perspectiva dialética, a sua emergência se encontra como uma das formas da resistência camponesa em um contexto histórico em que o avanço da agricultura industrial capitalista, por meio da Revolução Verde e do agronegócio, na metade do século XX, seguia a passos largos como o novo modelo agrário hegemônico.

O conceito de agroecologia se popularizou nos anos de 1980, mas é algumas décadas mais antigo. As primeiras pesquisas em que ele aparece e que estavam voltadas para a dimensão ecológica na área da agricultura, datam dos anos de 1920-1930. Essas pesquisas ficaram marginalizadas no contexto da 2ª Grande Guerra e na sequente Guerra Fria, pois foi o período do advento e difusão dos princípios, propostas e programas da Revolução Verde, inclusive porque eles passaram a ingerir no direcionamento das opções de 'projeto de nação' e das decisões políticas, econômicas, financeiras e científicas dos e nos países periféricos. Conforme Guhur e Silva (2021), no ambiente contestatório que se formou na década de 1960 e que congregou diversos atores sociais, desde pesquisadores (em especial das ciências agrárias) a ambientalistas, importantes pesquisas e publicações foram realizadas, relacionando os impactos negativos da agricultura industrial sobre o meio ambiente, as famílias produtoras e as populações circunvizinhas, onde o desejado aumento da produtividade era alcançado pelo uso intensivo de energia provinda de combustíveis fósseis, por meio de tecnologias químicas e de maquinários pesados e mais sofisticadas.

Conforme o interesse pelo tema se ampliava de forma significativa, cada vez mais outros atores se somavam ao debate e às pesquisas acadêmicas, bem como seu alcance junto a outras áreas de conhecimento científico. Isso fez com que o conceito de agroecologia ampliasse suas bases filosóficas e científicas para além das ciências agrárias. Também foi um momento em que diversos movimentos políticos, acadêmicos e camponeses "intensificaram críticas e retomaram as potencialidades anteriores à Revolução Verde, demarcando um processo tecnológico e de práticas agrícolas que se contrapunha à agricultura industrial, cada vez mais dominante" (Guhur; Silva, 2021, p. 62).

Essas práticas agrícolas novas são chamadas de forma genérica de 'agriculturas alternativas', e compreendem a agricultura orgânica, a biológica, a permacultura, entre outras. No Brasil, o Movimento de Agricultura Alternativa (MMA) surge no final da década de 1970, e tem como protagonistas grupos de intelectuais, profissionais das ciências agrárias, estudantes e ambientalistas. Costa (2017) faz um estudo pormenorizado sobre a história do MMA no país, onde cita e analisa publicações intelectuais da época, e identifica nelas as bases de suas dimensões energética e econômica, bem como traça o seu desenvolvimento nos espaços governamentais/institucionais e não governamentais, enquanto movimento



social. Nesse acúmulo de discussão, a proposta agroecológica se sobressai, ganha mais força e visibilidade, e o movimento agroecológico evolui em si.

Em 1983, é criado o Projeto de Tecnologias Alternativas, pela Federação de Órgãos para a Assistência Social e Econômica (PTA-FASE, que vai dar origem à Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, AS-PTA). É importante sinalizar esse momento em específico, porque ele vai impulsionar, capacitar e mobilizar inúmeras experiências locais, capilarizadas pelo país, utilizando da educação popular para dinamizar as técnicas, saberes e metodologias da agroecologia. Costa (2017) fala que o PTA-FASE também passará a ter uma atuação junto aos movimentos sociais do campo, que até então pautavam suas lutas e reivindicações na esfera das políticas agrária e agrícola, mas ainda não problematizavam a esfera da produção que estava nos moldes da agricultura industrial.

Pelo tamanho do processo de mobilização, organização, permanência e aglutinação desses atores de diversas áreas de conhecimento e atuação em torno de interesses comuns, se visualiza o desenvolvimento da agroecologia também como um movimento social. O amadurecimento teórico e prático da agroecologia, de fato, ultrapassou os limites acadêmicos e de experiências desarticuladas, se institucionalizou como tal, ganhou corpo, visibilidade, identidade e força política (Valadão; Moreira, 2021). Hoje, o movimento agroecológico se dinamiza em uma articulação em rede, onde os movimentos sociais, instituições, pesquisadores/as, estudantes, organizações locais que o compõem mantêm suas autonomias e demandas específicas, mas formam espaços de diálogos, constroem pontos de convergência, fortalecimento, de contato e de consensos.

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), criada em 2002 como deliberação do I Encontro Nacional de Agroecologia, é o maior e o principal ponto de convergência do movimento agroecológico brasileiro. Os fundamentos políticos-metodológicos que a ANA adotou para direcionar suas estratégias e incidências sobre a realidade agrária, agrícola e alimentar podem ser organizados em quatro ideias-força: o antagonismo com o agronegócio; a centralidade das experiências; compreensão de sujeitos coletivos da agroecologia; e ação em redes (Petersen; Almeida, 2021). Se o I ENA foi convocado pelas experiências locais que ganharam corpo e organicidade nos anos de 1980-1980, a ANA é quem assume a tarefa de convocar e organizar os demais ENAs, que aconteceram em 2006, 2014 e 2018. Em 2004 é criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), que congrega pesquisadores e estudantes de diversas áreas, e que tem o compromisso de realizar, fomentar e apoiar ações e pesquisas que divulguem o conhecimento agroecológico.

Segundo Caporal (2019), há duas considerações importantes sobre a Agroecologia: a primeira, é o fato dela direcionar os seus interesses para a agricultura familiar e camponesa



e defender as lutas por reforma agrária, e por considerar a dimensão agrícola como um modo de vida amplo, e não como uma mera finalidade de produção para o mercado. A segunda está relacionada à questão da segurança alimentar e nutricional, pois “[...] a adoção do enfoque agroecológico pressupõe que não se trata de produzir alimentos saudáveis para atender a nichos de mercado ou a consumidores que possam pagar mais caro pelos alimentos”. Além da busca pela sustentabilidade socioambiental e econômica, um dos desejos mobilizadores é o de se “[...] produzir alimentos saudáveis e acessíveis para toda a população” (p. 265).

Hoje, ao analisar esse processo em perspectiva e com devido distanciamento histórico, pode-se afirmar que

A Agroecologia se consolidou como uma teoria crítica que questiona radicalmente a agricultura industrial, fornecendo ao mesmo tempo bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de sistemas agroalimentares economicamente eficientes, socialmente justos e ecologicamente sustentáveis. Como prática social, a Agroecologia se expressa na diversidade e na criatividade das formas de resistência e luta do campesinato, em particular em suas estratégias de construção de autonomia em relação aos mercados de trabalho e insumos. Como movimento social, mobiliza sujeitos envolvidos prática e teoricamente em sua construção, assim como setores crescentes da população, mobilizados em lutas por justiça social, saúde coletiva, soberania e segurança alimentar e nutricional, economia social, solidária e ecológica, equidade de gênero, contra o racismo e o colonialismo e por relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades (Molina, *et al*, 2023, p. 165).

Essa citação traz inúmeros elementos que poderiam justificar uma aproximação mais sensível, política e estratégica do Serviço Social para com a agroecologia. As inúmeras dimensões que ela desencadeia na sua proposta contra hegemônica tratam diretamente sobre expressões da questão social - essas que já detêm uma complexidade muito peculiar por conta da questão agrária existente em países de capitalismo dependente, como o Brasil. Nesse trecho citado, há referência a uma dimensão não tratada de forma explícita até então, que é o sistema agroalimentar. Com ele, pode-se retomar, a título de problematização, a magnitude dos impactos negativos do sistema agroalimentar dominante, baseado em uma agricultura industrial extremamente dependente de combustíveis fósseis.

Só esse recorte já é suficiente para se constatar o aumento da cadeia produtiva e ‘deduzir’ os efeitos que daí decorrem. Para citar alguns exemplos, significa, por um lado e em paralelo, maior busca e exploração de recursos naturais fósseis, o desenvolvimento de tecnologias para extração de minérios e petróleo, invasão em reservas ambientais e territórios tradicionais onde essas reservas comumente se encontram, expulsão de comunidades e expropriação de territórios com o uso de violência (é redundância pôr na mesma descrição tais substantivos) e, com isso, também o aumento e o recrudescimento dos conflitos fundiários. Do outro lado, nas próprias lavouras, sejam pequenas, médias ou grandes propriedades, o envenenamento, adoecimento e exaustão da terra, com



consequente envenenamento dos recursos hídricos e do ar, além da produção em ritmo industrial de alimentos adoecidos e envenenados, todos com impactos diretos na saúde pública; no latifúndio, a produção intensiva de *commodities* que não alimenta ninguém, e o abandono das terras exauridas tornadas improdutivas e a expansão da fronteira agrícola para outras regiões e territórios, num lastro precedido pelo fogo, seguido pela monocultura, e depois pelo pasto para criação de gado; e a diminuição do trabalho socialmente necessário ao mesmo tempo em que precariza e super explora a mão de obra que se mantém no campo. Nas cidades, boa parte do imenso contingente populacional de mão de obra liberada, vai engrossar as fileiras do exército industrial de reserva; outra parte, talvez com um pouco mais de sorte, vai ocupar postos de trabalhos precarizados ou se somar aos índices de mão de obra subocupada, e assim por diante - o rol das expressões da questão social nesse universo 'urbano' pode ser listado com muita facilidade. A sanha predatória da agricultura capitalista, por meio do agronegócio, parece não conhecer limites, e jamais admitirá a magnitude do quão danosa é.

Diante de tamanho e estrutural estrago, um dos debates centrais que vêm à tona é a urgência de se pautar e superar o regime agroalimentar dominante, insustentável em todas as suas dimensões, e onde a agroecologia, enquanto ciência e método, é colocada como um dos instrumentos mais poderosos no processo de câmbio. Porém, convém sinalizar que as suas dimensões sociais, éticas e políticas serão as determinantes para que ela se sustente enquanto alternativa contra hegemônica real e viável, e como um dos pilares de qualquer projeto societário orientado pela justiça socioambiental e a emancipação humana.

4 CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS

A discussão apresentada nesse artigo fornece elementos amplos para compreender a magnitude dos efeitos deletérios que o agronegócio tem sobre a terra e a economia, com rebatimentos no conjunto da sociedade e nas dimensões das relações sociais estabelecidas, agravando as expressões da questão social. A história colonial, extrativista, de exploração e privatização da terra, espoliação e saqueio, antes e depois dos processos de independência dos países latino-americanos, afeta principal e diretamente comunidades camponesas, caboclas, de povos tradicionais e originários de uma forma geral. Para esses grupos, porém, a terra possui uma dimensão cultural extremamente importante, onde não é reduzida à natureza, mas também é social, espiritual, histórica e de onde provém o trabalho.

Em torno dos conflitos de interesses postos na correlação de forças e na luta de classes que circunscrevem a questão agrária, é importante falar que ela explicita o conflito em torno do



acesso à terra e seu uso, e surge como um processo longo pela

[...] busca de mais igualdade e liberdade. Num país dominado pelo latifúndio, com um profundo desprezo votado por suas elites aos homens humildes, tal busca será necessariamente difícil e, muitas vezes, violenta. [...] a construção do Brasil como nação democrática e republicana, com a superação de uma imensa dívida social, deverá passar pela mudança do sistema de propriedade da terra (Linhares; Silva, 2021, p. 32).

Por suposto, a resolução da questão agrária terá que passar pela reforma agrária e pela transformação das relações sociais, como forma de democratizar a terra historicamente concentrada, democratizando também o poder. Essa reforma agrária desejada e pautada há tanto tempo, deve sempre incorporar a dimensão social e política, e se consolidar como uma conquista política e democrática.

Isso posto, sinaliza-se que junto da urgência da conquista da terra, segue a provocação sobre a existência, ou não, de potências de rupturas a partir de uma 'atualização histórica' do campesinato, e onde a luta camponesa, aqui abordada através da agroecologia, pode ser compreendida como produto de uma relação dialética, fruto da organização de uma classe historicamente oprimida.

A questão da segurança alimentar e nutricional não se refere apenas ao acesso e ao consumo em quantidade suficiente e variedade nutricional recomendada, ou quando muito, ampliada para a dimensão técnica da produção e de elaboração de políticas públicas para tal - que dirá quando o debate toca a questão da soberania alimentar. A discussão que Bombardi (2023) faz sobre colonialismo químico é muito séria e evidencia o quanto a estrutura produtiva tem camadas muito mais complexas e que estão colocadas no âmbito da geopolítica mundial, da divisão internacional do trabalho e da subalternidade e depreciação em que, historicamente, são postos os países periféricos.

Por fim, é importante sinalizar que a agroecologia amadurece suas dimensões social e política muito influenciada pela aproximação das ciências humanas e sociais em seu desenvolvimento científico, mas que essas são dimensões que ainda não estão consolidadas, ou seja, ainda estão em disputa por direcionamento teórico e metodológico.

Considerando o materialismo histórico e dialético que constitui a processualidade da agroecologia, cabe à teoria crítica se colocar de forma determinante nesse debate; e ao Serviço Social, com suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, com o compromisso ético-político com classe trabalhadora e suas lutas, e dotado de legitimidade histórica, fica a provocação e a possibilidade para vir a desempenhar um papel importantíssimo na construção desse direcionamento político em questão.

REFERÊNCIAS



Agência Brasil. **Conflitos no campo têm segundo maior número no 1º semestre deste ano.** Brasília (DF): Empresa Brasil de Comunicações (EBC), 2023. Disponível em [https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-10/conflitos-no-campo-tem-segundo-maior-numero-no-1o-semester-deste-ano#:~:text=Em%202020%2C%20ocorreram%201.007%20conflitos,conflitos%20pela%20%C3%A1gua%20\(80\).](https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-10/conflitos-no-campo-tem-segundo-maior-numero-no-1o-semester-deste-ano#:~:text=Em%202020%2C%20ocorreram%201.007%20conflitos,conflitos%20pela%20%C3%A1gua%20(80).) [Reportagem de Bruno Bacchini a partir do Relatório de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra, CPT, 2023]

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e colonialismo químico.** São Paulo: Elefante, 2023.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: redesenhando sistemas agroalimentares mais sustentáveis. In: LIMA, Marcos Costa. OLIVEIRA, Eduardo Matos (org.). **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional: Brasil e China em perspectiva.** Recife: Fasa, 2019. p. 241-269.

CUNHA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** Prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

GUHUR, Dominique. SILVA, Nívia Regina da. Agroecologia. In: DIAS, Alexandre Pessoa. Et al. (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação.** São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 59-73.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MOLINA, Manuel González de, *et al.* **Introdução à agroecologia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2023.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil Negro.** 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.
NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista.** 3. ed. rev. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

PETERSEN, Paulo. ALMEIDA, Silvio Gomes. Articulação Nacional de Agroecologia. In: DIAS, Alexandre Pessoa. Et al. (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação.** São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 131-140.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país.** São Paulo: Todavia, 2022.

SCOLESO, Fabiana. Agronegócio, Agricultura 4.0 e as novas fronteiras da acumulação: a incontabilidade do capital sobre a natureza, territórios e mundo do trabalho. VALENCIA, Adrián Sotelo; ALVES, Giovanni (orgs.). **Trabalho, crise capitalista e geopolítica global.** Projeto Editorial Práxis, 2023.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **Subimperialismo e dependência na América Latina: o pensamento de Ruy Mauro Marini.** Tradução: Eduardo Perondi. São Paulo: Expressão Popular, 2019.